

# População em situação de rua, mundo do trabalho e os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva<sup>1</sup>

Roberta Justel do Pinho<sup>a,b</sup> , Ana Paula Fernandes Barão Pereira<sup>a</sup> ,  
Isabela Aparecida de Oliveira Lussi<sup>a</sup> 

<sup>a</sup>Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

<sup>b</sup>Prefeitura Municipal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

**Resumo:** Introdução: O desemprego figura entre os fatores que contribuem para a situação de rua e as ações para inclusão produtiva são preconizadas como estratégicas para ampliação da autonomia, participação social e superação dessa situação. Objetivo: Identificar ações de inclusão produtiva realizadas por Centros Pop (Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua) do estado de São Paulo e a visão dos coordenadores desses equipamentos acerca dessa dimensão do trabalho com a população em situação de rua. Método: Trata-se de pesquisa qualitativa, realizada por meio de aplicação de protocolo de identificação pessoal e profissional, identificação dos equipamentos e de um questionário semiestruturado com coordenadores de 13 Centros Pop do estado de São Paulo. Os dados foram analisados descritivamente e para as questões abertas utilizamos Análise Temática. Resultados: A inclusão produtiva foi associada à superação da situação de rua ao acesso ao mercado de trabalho, à renda e ao pertencimento social. Destacou-se a função dos Centros Pop na oferta de informações, encaminhamentos e na articulação intersetorial que ocorre, especialmente, para capacitação/qualificação profissional, além de desafios, como preconceito, baixa qualificação e escolaridade e o uso de substâncias psicoativas. Conclusão: São necessárias ações coletivas e intersetoriais que reconheçam o acesso ao trabalho como direito, alinhado aos desejos, necessidades e singularidades das pessoas em situação de rua, na qual a inclusão produtiva, por meio da articulação entre diferentes políticas e serviços, possa contribuir para a diminuição da vulnerabilidade e criação de autonomia. Nesse cenário, os Centros Pop podem assumir importante papel.

**Palavras-chave:** *Pessoas em Situação de Rua, Trabalho, Serviço Social.*

## Homeless, the world of work and the specialized reference centers for population in street situation (centro pop): perspectives on actions for productive inclusion.

**Abstract:** Introduction: Unemployment is one of the factors that contribute to homelessness and the actions for productive inclusion is recommended as strategic to increase autonomy, social participation and overcoming this situation. Objective: To identify productive inclusion actions carried out by Centros Pop (Centers of Specialized Reference for Population in Street Situation) of the state of São Paulo and the view of the coordinators of this equipment about this dimension of the work with the homeless people. Method: This is qualitative research, carried out through the application of a protocol of personal and professional identification and identification of equipment

**Autor para correspondência:** Roberta Justel do Pinho, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Rodovia Washington Luiz, Km 235, Monjolinho, CEP 13565-905, São Carlos, SP, Brasil, e-mail: roberta1712@yahoo.com.br

Recebido em Dez. 07, 2018; 1ª Revisão em Jan. 31, 2019; 2ª Revisão em Mar. 24, 2019; Aceito em Maio 20, 2019.



and a semi-structured questionnaire with coordinators of 13 Centros Pop in the state of São Paulo. The data were analyzed descriptively and for the open questions, the thematic analysis was used. Results: The productive inclusion was associated with the overcoming of the street situation to access to the labor market and income and to social belonging. The role of the Centro Pop in the provision of information, referrals, and intersectoral articulation, especially for professional qualification and training, as well as challenges such as prejudice, low qualification and schooling, and the use of psychoactive substances were highlighted. Conclusion: Collective and intersectoral actions are needed that recognize access to work as a right, in line with the desires, needs, and singularities of street people, where productive inclusion, through the articulation between different policies and services, can contribute to the vulnerability reduction and creation of autonomy. In this scenario, Centros Pop can play an important role

**Keywords:** *Homeless Persons, Work, Social Work.*

## 1. Introdução

Embora a existência de pessoas vivendo nas ruas tenha uma longa e variada história em quase todo mundo, seu marco fundamental está no renascimento das cidades; no início do capitalismo (SNOW; ANDERSON, 1998; BURSZTYN, 2003; SILVA, 2009) e mesmo que existam múltiplas determinações relacionadas a esse fenômeno, o seu recrudescimento estaria relacionado à crise/reestruturação do modo de produção capitalista a partir dos anos 1970 (ROSA, 2005; SILVA, 2009), diante da consolidação da globalização e das transformações nos processos produtivos, materializando-se no desemprego estrutural, na precarização cada vez maior dos postos de trabalho e na perda de direitos sociais vinculados ao mesmo (ANTUNES, 2005, 2006, 2015). Por outro lado, nas últimas décadas, houve avanço nas políticas sociais voltadas às pessoas em situação de rua no Brasil no contexto da política de Assistência Social, que por meio dos Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua (Centros Pop), têm importante papel na garantia dos direitos sociais dessa população, por meio da articulação com as demais políticas públicas, inclusive de trabalho.

Acerca das mudanças econômicas, políticas e sociais do último quarto do século XX, Bursztyn (2003), afirma que as alterações no mundo do trabalho e nas garantias a ele atreladas empurraram para fora do sistema grandes parcelas da população, excluindo-as do emprego e do consumo e colocando na rua grupos cada vez mais heterogêneos, caracterizados especialmente pelo desemprego (BURSZTYN, 2003; ROSA, 2005; SILVA, 2009; NEVES, 2010).

Essa abordagem econômica do viver nas ruas (BÜLL, 2010) intensifica-se a partir dos anos 1970, ganhando corpo no Brasil nas décadas seguintes, tendo sido pautada de alguma forma, no que tange ao trabalho, por diferentes pesquisadores (BURSZTYN, 2003; VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992; ROSA,

2005; FARIAS, 2007; MATTOS; HELOANI; FERREIRA, 2008; SILVA, 2009; NEVES, 2010; BULL, 2010; SCHWEITZER, 2017).

Apesar de não ser possível estabelecer uma relação direta (e única) entre desemprego e a situação de rua (SCOREL, 1999), é inegável a importância do trabalho em relação aos demais vínculos sociais, na medida em que o mesmo confere identidade na nossa sociedade (SILVA, 2012), além de ser uma referência hegemônica, o que torna importante compreendê-lo como uma das causas que levam à vida na rua, mas também como um elemento que mantém os sujeitos nessa situação, conjuntamente com a fragilidade dos laços familiares e comunitários.

A dupla vivência de laços e relações familiares/sociais fragilizados e a precarização do trabalho intensificaram a vulnerabilidade que leva os sujeitos a viverem nas ruas (ROSA, 2005; NEVES, 2010), num processo em que o rompimento com os vínculos de trabalho e com as redes sociais de suporte, em conjunto, levam à desfiliação social (CASTEL, 2013), o que coloca esses sujeitos num ciclo vicioso de fragilidade, rompimento e dificuldade em resgatar seus vínculos familiares e de trabalho.

De acordo com Prates, Prates e Machado (2011, p.194), apesar da literatura apontar para a confluência de causas que levariam os sujeitos a viverem nas ruas, o desemprego ainda parece fator determinante nos “processos de rualização”, ou mesmo da manutenção dos sujeitos nessa situação, apontando para uma importância significativa do trabalho nesse cenário. Não obstante, para estes autores, existiria uma contradição entre a importância do trabalho, apontada pelas políticas públicas e pelas próprias pessoas em situação de rua e a dificuldade desse segmento em acessá-lo, o que é reiterado por Farias (2007).

Assim, a precarização das relações de trabalho (bem como as consequências da conjuntura política, econômica e social que a alimentam) parece atuar duplamente no fenômeno da situação de rua: tanto

como motivo para ida à rua e, principalmente, como favorecedora da manutenção nessa condição, uma vez que dificilmente os trabalhos realizados por essa população são viabilizadores de autonomia financeira, por serem quase sempre transitórios, temporários, variados e irregulares, muitas vezes desenvolvidos sob condições insalubres e de risco e que mal permitem a sobrevivência (SNOW; ANDERSON, 1998; ESCOREL, 1999; VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992; BURSZTYN, 2003; ROSA, 2005; BORIN, 2004; COSTA, 2005; FARIAS, 2007; MATOS; HELOANI; FERREIRA, 2008; VALÊNCIO et al., 2008; SILVA, 2009; PRATES; PRATES; MACHADO, 2011), estabelecendo um “padrão de porta giratória” em que o trabalho regular se torna temporário e cíclico (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 200). São trabalhos invisibilizados, desqualificados, mal remunerados e que praticamente nunca garantem o direito ao trabalho e os direitos dos trabalhadores a esses sujeitos.

Apesar da carência de pesquisas censitárias de caráter nacional destinadas à quantificação dessa população, ignorada por esse tipo de levantamento, a última estimativa feita prevê 101.854 pessoas vivendo nas ruas no Brasil (NATALINO, 2016), em condições de extrema vulnerabilidade, expostos à múltiplas violências e à violação cotidiana de seus direitos sociais.

A respeito do trabalho, de acordo com o relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em 2006, a implementação de estratégias de inclusão produtiva foi considerada fundamental na garantia de condições materiais de vida a essa população, ressaltando que

mesmo quando a questão central problematizada não era o trabalho, ela surge articulada à outras necessidades, como alternativa de superar a situação-limite imposta pela vulnerabilização ou, ainda, como elemento que possibilita a autovalorização (BRASIL, 2008a, p.58).

A reivindicação, desde então, trata da concretização do trabalho como direito social de todo e qualquer cidadão, previsto no artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o que requer uma mudança de atitude social, legitimando os direitos da população em situação de rua (COSTA, 2005), historicamente estigmatizada como vagabunda, acomodada, preguiçosa, responsável e culpabilizada por sua própria condição. Ao se distanciar dessas ideias hegemônicas, faz-se possível criar espaços de fazer e de trocas, nos quais as pessoas em situação de rua podem se ver novamente no papel de trabalhadoras,

pois mais que uma garantia de ganhos econômicos, o trabalho pode potencializar a construção de projetos de vida individuais (GHIRARDI, 2016) ou mesmo, favorecer a superação da situação de rua, conforme apontou Medeiros (2010).

Integrada à Seguridade Social, a política pública de Assistência Social no Brasil destina-se a quem dela precisar, sendo sua garantia um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado, tendo sido organizada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8724/1993), devendo prover mínimos sociais, em que a integração no mercado de trabalho aparece em seu art. 2º, como um dos objetivos preconizados pela política (BRASIL, 1993). Na década seguinte, é criada a Política Nacional de Assistência Social, materializada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que organiza os serviços, programas, projetos e benefícios voltados à política pública de assistência social (BRASIL, 2004, 2005).

Como uma demanda levantada a partir do Decreto nº 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), no contexto da política de Assistência Social, passa a se constituir como local para oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, marcando o surgimento de um novo paradigma em relação ao atendimento às pessoas em situação de rua, rompendo com o assistencialismo e a tutela e adquirindo status de direito (BRASIL, 2011). Esse Serviço é voltado às pessoas que fazem das ruas seu espaço de moradia e/ou sobrevivência, por meio de ações integralizadas, com foco na inserção social, no acesso a direitos e à proteção social; deve oferecer acompanhamento individual e/ou familiar e promover a articulação intersetorial com as demais políticas públicas, como saúde, habitação, segurança alimentar, trabalho e renda, favorecendo o convívio, a participação social, novos projetos de vida, fortalecimento coletivo e social, bem como da autoestima e autonomia (BRASIL, 2011).

Ressalta-se que apesar de não haver um conceito explícito de inclusão produtiva no âmbito da política de Assistência Social, esse é o termo usado para se referir à inclusão no mundo do trabalho dos sujeitos acompanhados por essa política pública, o que implica o preparo e a tentativa de inserção no mercado de trabalho, especialmente formal, mas também estratégias alternativas como o trabalho autônomo e o trabalho cooperado. Assim, optou-se pelo uso desse termo, uma vez que trataremos

das respostas institucionais que os Centros Pop, enquanto equipamento dessa política, têm buscado oferecer a quem vive na rua, mesmo tendo a clareza da possível limitação do termo, especialmente para uma população historicamente afastada do mercado de trabalho formal, recorrendo aos bicos, à informalidade, à mendicância e, em alguns casos, até mesmo à ilegalidade, para obtenção de renda e sobrevivência.

Dentre as ações previstas para inclusão produtiva, as articulações com as políticas locais de fomento ao trabalho, voltadas à capacitação/qualificação, bem como a oferta de informações sobre oportunidade e vagas de trabalho, figuram como possibilidades oferecidas pelo equipamento (BRASIL, 2011). Assim, refletir, organizar e articular estratégias acerca da inclusão produtiva das pessoas em situação de rua torna-se um aspecto relevante do papel dos Centros Pop na organização do acompanhamento desses sujeitos.

Destaca-se, conforme ressalta Ghirard (2012, p. 20), que a dimensão de trabalho aqui abordada fundamenta-se na ampliação da participação social, em que uma premissa importante ao pensar o mundo do trabalho para a população em situação de rua é de que não se trata da ideia de reabilitar sua força de trabalho para o mercado, a fim de que se torne (mais) produtiva, mas de garantir acesso ao trabalho como um direito social e não somente como obrigação de alguns, considerando as dimensões sociológicas e econômicas do mundo do trabalho e do mesmo enquanto categoria da vida social.

Dessa forma, o presente artigo buscou identificar ações de inclusão produtiva realizadas por Centros Pop (Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua) do estado de São Paulo e a visão dos coordenadores desses equipamentos acerca dessa dimensão do trabalho com a população em situação de rua. Trata-se de um recorte de pesquisa de doutorado que teve como objetivo geral compreender a inclusão social pelo trabalho no cenário atual, a partir da população em situação de rua, por meio da identificação e caracterização de ações e experiências de inclusão produtiva junto à essa população.

## 2. Método

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e analítico. Utilizou-se dois instrumentos: um protocolo de identificação de dados pessoais e profissionais dos participantes e do seu local de trabalho (Centro Pop) e um questionário

semiestruturado, com questões abertas e fechadas relacionadas à compreensão do aspecto da inclusão produtiva das pessoas em situação de rua e ações existentes/articuladas pelos Centros Pop<sup>2</sup>. Ambos instrumentos foram avaliados por cinco juízes, com conhecimento e experiência acumulados na área, para adequação do conteúdo à temática e objetivos da pesquisa.

Por contato telefônico, realizou-se convite aos Centros Pop do estado de São Paulo que responderam o Censo SUAS de 2015 (SÃO PAULO, 2017), totalizando 58 unidades distribuídas em 48 municípios. Após tentativas sistemáticas de contato telefônico e/ou correio eletrônico, obtivemos o seguinte cenário: três municípios haviam fechado seus Centros Pop; três municípios se recusaram a participar alegando escassez de recursos humanos/tempo para fazê-lo ou inexistência de ações no escopo da inclusão produtiva; três solicitaram protocolar presencialmente o pedido, o que inviabilizou o acesso das pesquisadoras; quinze não responderam às tentativas de contato e onze manifestaram interesse e aceite, mas não concluíram participação, por não preencherem a autorização ou o questionário.

Dessa forma, participaram coordenadores de 13 Centros Pop do estado de São Paulo/SP, atendendo aos seguintes critérios de inclusão: ser coordenador do Centro Pop há pelo menos 6 meses, aceitar participar do estudo, preencher e assinar uma carta de autorização da instituição e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Após aceite e obtenção das autorizações, acordou-se com cada participante, o envio por email de um formulário eletrônico, elaborado na Plataforma *Google Docs*, bem como orientações para preenchimento. As respostas foram obtidas entre Janeiro e Abril/2018. Os dados provenientes do protocolo de identificação foram analisados descritivamente, enquanto a análise das questões abertas foi realizada com auxílio de Software de livre acesso (Iramuteq), que organizou os dados dos questionários em quatro grupos de vocabulário por meio de análise de similitude e nuvem de palavras (CAMARGO; JUSTO, 2013). Nestes, as respostas foram agrupadas de acordo com a semelhança ou correlação entre seus conteúdos, permitindo a identificação de temas comuns pelas pesquisadoras. Ao mesmo tempo, as respostas das questões abertas dos questionários foram lidas exaustivamente a fim de se identificar os núcleos de sentido e a codificação destes em temas, com o intuito de verificar se existia correspondência entre estes temas e os identificados com o auxílio do Iramuteq. Os temas foram correspondentes nos dois métodos e, sendo assim, foram agregados em categorias de análise.

### 3. Resultados e Discussão

Participaram sete mulheres e seis homens, com idade média de 39 anos, sendo seis psicólogos, cinco assistentes sociais e um cientista social. Todos os participantes tinham o Ensino Superior completo e seis deles tinham especialização/MBA/aprimoramento como maior nível de formação. Estas informações estão agrupadas na Tabela 1.

O tempo médio de trabalho em Centro Pop foi 2,8 anos. Embora todos ocupassem o cargo de coordenador, seis participantes declararam já terem atuado anteriormente em outros cargos, no mesmo equipamento. Em relação ao tempo de trabalho com população em situação de rua, um participante declarou “menos de um ano”; cinco participantes declararam ter entre “1 e 3 anos”; três participantes entre “3 e 5 anos”; três participantes entre “5 e 10 anos” e um participante há “mais de 10 anos”. A Tabela 2 mostra estas informações.

No que se refere aos Centros Pop, doze localizavam-se em municípios de Grande Porte (entre 100.001 a 900.000 habitantes) e um em Metrópole (acima de 900.000 habitantes) (SÃO PAULO, 2017), distribuídos em onze dentre as 26 Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), conforme divisão do governo do estado de São Paulo/SP.

O tempo de funcionamento dos Centros Pop variou entre 1 e 2 anos (um equipamento), entre 3 e 4 anos (sete equipamentos) ou há mais de 5 anos (cinco equipamentos). Quanto ao número de pessoas atendidas diariamente, cinco equipamentos recebem

até 30 pessoas, seis equipamentos atendem entre 30 e 50 pessoas e dois equipamentos atendem mais de 50 pessoas por dia. A quantidade de profissionais nas equipes (somados níveis fundamental, médio e superior) variou entre 05 a 18 membros, sendo comum a todos a presença da equipe de referência preconizada pelo SUAS, ou seja, coordenador, psicólogo e assistente social.

Além de ações como acolhimento, atendimentos individualizados e/ou familiares, grupos socioeducativos, oficinas e abordagem social, também foram relatadas ações que podem se configurar como importante suporte no cotidiano, inclusive, por criarem condições para engajamento em outras atividades, como auxílio na aquisição de documentação pessoal, oferta de refeições, espaço para higiene e cuidados pessoais, guarda de pertences, doação de roupas, inclusão no Cadastro Único do Governo Federal etc.

Dentre os aspectos relacionados à Inclusão Produtiva, identificou-se que a coleta de informações sobre o percurso de trabalho dos usuários acompanhados pelos Centros Pop é realizada durante a recepção/primeiro atendimento em 6 deles; na construção do projeto de acompanhamento em 12 e no processo de desligamento em 2 dos equipamentos, o que sugere que a maior pauta é a questão do trabalho com os sujeitos em acompanhamento nos equipamentos, na elaboração de projetos de acompanhamento individuais.

Sobre a forma como o assunto é abordado, identificou-se que doze equipamentos o fazem em atendimento individual; seis em atendimento individual específico sobre o tema, sete em oficinas

**Tabela 1.** Caracterização dos participantes de acordo com sexo, idade, formação profissional, tempo de formação (em anos) e maior nível de formação.

	SEXO	IDADE	FORMAÇÃO	TEMPO DE FORMAÇÃO (ANOS)	MAIOR NÍVEL DE FORMAÇÃO
P1	M	36	Psicologia	08	Especialização
P2	F	37	Serviço Social	14	Superior Completo
P3	M	40	Psicologia	13	Especialização
P4	M	56	Psicologia	33	MBA
P5	F	43	Ciências Sociais	17	Superior Completo
P6	F	45	Psicologia	22	Especialização
P7	M	42	Psicologia	16	Superior Completo
P8	F	37	Serviço Social	11	Superior Completo
P9	F	40	Psicologia	17	Especialização
P10	F	29	Serviço Social	09	Superior Completo
P11	M	24	Psicologia	02	Especialização
P12	M	54	Serviço Social	Sem informação	Superior Completo
P13	F	33	Serviço Social	10	Superior Completo

Fonte: Autor (2019).

**Tabela 2.** Caracterização dos participantes de acordo com tempo de trabalho no Centro Pop pesquisado, cargo atual/outros cargos exercidos, atividade profissional exercida e tempo em que trabalha com a população em situação de rua.

	TEMPO DE TRABALHO NO CENTRO POP	CARGO ATUAL/OUTROS CARGOS EXERCIDOS	ATIVIDADE PROFISSIONAL EXERCIDA	TEMPO QUE TRABALHA COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
<b>P1</b>	2 anos	Diretor de Coordenadoria	Coordenação de políticas para a população de rua	5 a 10 anos
<b>P2</b>	4 anos	Coordenador/Assistente Social	Coordenação/ assistente social	3 a 5 anos
<b>P3</b>	2 anos e 3 meses	Coordenador de Centro de Referência	Coordenação	1 a 3 anos
<b>P4</b>	3 anos e 6 meses	Coordenador/Psicólogo	Coordenação	3 a 5 anos
<b>P5</b>	5 anos e 6 meses	Supervisor de Unidade	Coordenação/educador social de rua	5 a 10 anos
<b>P6</b>	2 anos e 6 meses	Chefia	Psicóloga	1 a 3 anos
<b>P7</b>	4 anos	Coordenador	Coordenação	Mais de 10 anos
<b>P8</b>	01 ano	Coordenação Técnica	Coordenação	1 a 3 anos
<b>P9</b>	01 ano	Chefe de Divisão Técnica de Proteção Social Especial de média complexidade	Gerência de 06 unidades de assistência social do município	1 a 3 anos
<b>P10</b>	05 anos	Coordenador/Assistente Social	Coordenação	3 a 5 anos
<b>P11</b>	08 meses	Coordenador/Coordenador Programa Minha Casa Minha Vida	Gestão de programas, projetos e recursos	Menos de 1 ano
<b>P12</b>	3 anos	Coordenador/Educador Social	Coordenação de equipe multiprofissional	5 a 10 anos
<b>P13</b>	2 anos	Coordenador	Coordenação técnica e administrativa do Centro Pop e Centro de Acolhida (albergue municipal).	01 a 3 anos

Fonte: Autor (2019).

ou grupos socioeducativos e sete em oficinas ou grupos socioeducativos específicos sobre o tema, reiterando que o assunto “trabalho” seja abordado essencialmente de forma individualizada.

Dentre as ações específicas voltadas à inclusão produtiva realizadas pelos Centros Pop, a partir das ações previstas e questionadas pelo CENSO SUAS, na pesquisa realizada anualmente com todos os equipamentos da política de assistência social, identificou-se que o **encaminhamento para capacitação profissional ou curso profissionalizante** é feito por 11 equipamentos; o **cessão de espaço físico para realização de cursos de capacitação profissional ofertados por outras instituições** ocorre em 3 equipamentos; o **cadastramento para participação em programas de qualificação profissional** em 09, o **encaminhamento para programas de geração de trabalho e renda** em 11, o **assessoramento para formação de cooperativas ou associações** em 2 e as **informações atualizadas sobre vagas disponíveis no mercado de trabalho** são disponibilizadas em 11 dos Centros Pop participantes. No campo da inclusão produtiva, portanto, identificou-se o predomínio de ações voltadas ao encaminhamento, reiterando o aspecto de que o papel do Centro Pop deve atuar articulando ações intersetoriais e parcerias institucionais, mas que ainda parecem se centrar, fundamentalmente, em ações de capacitação e qualificação profissional.

Da análise das questões abertas do questionário emergiram temas que foram agregados nas seguintes categorias de análise: O significado de inclusão produtiva da população em situação de rua; Pontos importantes para a inclusão produtiva da população em situação de rua; Critérios e atributos considerados nas pessoas em situação de rua para participação em ações de inclusão produtiva e Dificuldades e desafios para a inclusão produtiva das pessoas em situação de rua.

### 3.1 O significado de inclusão produtiva da população em situação de rua

No que se refere à categoria “**O significado de inclusão produtiva da população em situação de rua**”, os resultados indicaram diferentes significações atribuídas pelos participantes da pesquisa à “inclusão produtiva” das pessoas em situação de rua. No entanto, um ponto comum foi a associação do acesso ao trabalho à autonomia e emancipação, fatores esses que poderiam contribuir para a superação da situação de rua. Reiteram, ainda, a relação que

ocorre, muitas vezes, entre o desemprego e a ida e permanência nas ruas.

De modo geral, a inclusão produtiva foi identificada como acesso ao mercado de trabalho formal ou informal e à geração de renda. Considerando-se, diante de uma sociedade em que a inclusão se fundamenta pelo trabalho, os resultados também relacionaram a inclusão produtiva ao pertencimento social. A seguir, são apresentados excertos que se relacionam com os temas levantados.

*O principal objetivo para a demanda da pessoa em situação de rua é trabalho no processo de saída das ruas, o que para isso necessitamos trabalhar a autonomia e emancipação do indivíduo no seu processo de inclusão social, onde a inclusão produtiva ao mercado de trabalho vem de encontro para tal objetivos e metas (P2).*

*Ações que visam a inclusão dos usuários no mercado de trabalho (formal ou informal)(P3).*

*Meio de proporcionar o acesso da população ao mundo do trabalho formal, através de geração de renda e oferta de qualificação profissional (P5).*

*Entendemos que para o trabalho na emancipação e autonomia da pessoa em situação de rua o processo de mais sucesso é a inclusão produtiva, pois o usuário passa a se sentir pertencente de fato a sociedade e comunidade onde se localiza (P2).*

Compreender os significados que os coordenadores de Centros Pop que participaram da pesquisa atribuem à inclusão produtiva pode sinalizar que a compreensão a esse equipamento e os serviços por ele oferecidos estão construindo sobre essa dimensão.

A perspectiva dos coordenadores acerca do trabalho como forma de conquista de autonomia e emancipação, que contribuíram para a superação da rua, por exemplo, é reiterada pela Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009), bem como por seus movimentos sociais, que pautam a inclusão produtiva como forma privilegiada para superação do desemprego e da situação de rua (BRASIL, 2008a; BRASIL, 2009; MOVIMENTO..., 2009). A associação entre desemprego como fator que contribui para a situação de rua, bem como do trabalho para a superação da mesma, também são apontadas em diferentes estudos (O'GRADY; BRIGHT; COHEN, 1998; MATTOS, 2006; MAKIWANE; TAMASANE; SCHNEIDER, 2010; MEDEIROS, 2010; MARCOLINO, 2012; SHIER; JONES; GRAHAM, 2012; BURKE et al., 2013; GRAY et al., 2017).

Em um estudo que buscou compreender trajetórias de superação da situação de rua, Medeiros (2010) identificou que a motivação, a presença de suporte, o retorno à família, à educação e a retomada do trabalho seriam os principais fatores para esse desfecho. Autores como Mattos (2006) e Marcolino (2012) também destacam que o processo de saída das ruas parece facilitado pelo trabalho, cujo papel seria central no processo de reconstrução de projetos de vida e de acesso aos demais direitos sociais por quem vive na rua etc.

Para Marcolino (2012, p. 12), porém, superar a situação de rua nem sempre “[...] tem o significado de reconstrução da vida para um novo projeto pessoal e social”, pois, muitas vezes, essa saída está associada somente à mudança de lugar, ao aluguel de um quarto de pensão, a empregos precários e instáveis, sem promoção de condições concretas de transformação e novas possibilidades de reconstrução dos projetos de vida, ou seja, de autonomia e emancipação de fato.

Além disso, a saída da rua não pode ser tomada como um imperativo generalizado, mas como uma demanda pessoal, respeitando a autonomia de cada um (MATTOS, 2006), ou seja, argumenta-se que entender a saída da rua, seja pela via do trabalho ou não, como única forma de autonomia dos sujeitos pode ser limitado ou mesmo equivocado, criando imposições que podem estigmatizar e excluir ainda mais esses indivíduos do circuito social. Escolher viver nas ruas ou longe do mercado de trabalho também consiste em exercício de autonomia, cabendo aos equipamentos socioassistenciais, como os Centros Pop, criar junto a esses sujeitos projetos de vida e existência que possam caber nesse desejo e no respeito dessa escolha.

Percebe-se que os coordenadores participantes do Centros Pop entendem a inclusão produtiva para além do mercado de trabalho formal, desde que possa haver continuidade e acesso à renda que permita às pessoas em situação de rua viverem para além da sobrevivência diária, sem serem criminalizados ou estigmatizados, como comumente ocorre nos trabalhos desenvolvidos por essa população (SNOW; ANDERSON, 1998; ESCOREL, 1999). Essa visão, de certa forma, contraria a noção de que trabalho é apenas aquilo que se vincula ao mercado de trabalho formal, ampliando a compreensão de que, muitas vezes, os trabalhos realizados na rua, os trabalhos informais e as variações são também atividades produtivas, que mantêm vivo o papel social de trabalhadores para esses sujeitos, ainda que, muitas vezes, a sociedade negue e refute essa noção.

Assim, é importante refletir sobre qual conceito de trabalho nos referimos àqueles que o têm como

alternativa de superação da situação de rua, uma vez que o trabalho assalariado formal e regular parece ter limites claros para inserção dessa população (MATTOS; HELOANI; FERREIRA, 2008). Ou seja, na medida em que os equipamentos sociais e os próprios sujeitos depositam expectativas de inclusão produtiva apenas no trabalho formal pode ser limitante e frustrante no processo de acompanhamento e suporte a quem vive na rua. E pior, geralmente culpabilizando os sujeitos pelo fracasso da não inserção no mercado de trabalho, pois como ressalta Costa (2005, p. 09),

já foi visto que, face às mudanças contemporâneas do mundo do trabalho, poucas alternativas produtivas restam para a população que sobrevive das ruas.

O entendimento da inclusão produtiva das pessoas em situação de rua como uma forma de resgatar o pertencimento na sociedade, corrobora à defesa do trabalho como mecanismo integrador por excelência na sociedade contemporânea. Autores como Castel (2013), Paugam (2003) e Santos (1999) partem da concepção do trabalho como dimensão que ocupa posição fundamental na vinculação dos indivíduos à sociedade contemporânea, em que as desvinculações da esfera econômico-ocupacional teriam relevância significativa no fenômeno da exclusão social (ESCOREL, 1999), produzindo sujeitos inúteis e descartáveis à ordem econômica e social (SANTOS, 1999).

Contraditoriamente, da mesma forma que se condiciona a integração ao trabalho como forma privilegiada de inserção social no cenário capitalista, o apartamento dessa dimensão da vida também é necessário para a sobrevivência desse modo de produção. Na visão de Silva (2009), a população em situação de rua, especialmente nas últimas décadas é consequência direta desse cenário perverso.

### **3.2 Pontos importantes para a inclusão produtiva da população em situação de rua**

Os coordenadores dos Centros Pop elencaram ações que, na sua perspectiva, são relevantes e podem favorecer a inclusão produtiva de pessoas em situação de rua, especialmente naquilo que pode se constituir como função do Centro Pop bem como na sua interlocução com a rede intersetorial. Os Centros Pop, por exemplo, parecem privilegiar ações que garantem/facilitam o acesso ao mundo do trabalho, que vão desde divulgação de informações, tais como vagas de trabalho em

murais no equipamento, como o auxílio aos usuários na produção de currículos, acesso a computadores, disponibilização de endereço como referência domiciliar e número de telefone fixo. De forma mais ampliada, os coordenadores também identificaram que a articulação de diferentes tipos de parcerias e ações intersetoriais também é relevante. Nesse contexto, as capacitações e qualificações profissionais realizadas em parcerias com instituições de ensino e de promoção do trabalho tiveram destaque como ação que contribui para viabilizar a inclusão produtiva de quem vive na rua. A busca de alternativas ao mercado de trabalho formal, como as cooperativas também foram mencionadas pelos coordenadores como uma ação relevante e favorecedora da inclusão produtiva dessa população.

*É importante porque a população em situação de rua não possui acesso diário a rede de computadores, mas por meio das divulgações em mural, toma conhecimento da oferta de vagas e pode se candidatar a elas [...] O Centro Pop confecciona e fornece currículos, onde consta o endereço e telefone do equipamento. Recebe e transmite as convocações para processos seletivos. Também envia currículos por e-mail ou os cadastra em sites na internet, por solicitação do usuário [...] (P1).*

*Facilitar o acesso desse público, visto que ao competir em pé de igualdade com o restante da população, geralmente fica em desvantagem e não consegue ser incluído (P3).*

*Do mesmo modo, mobilização de outras políticas públicas com vista a inclusão gradativa para participação em feiras, oficinas de capacitação etc. [...] Há o trabalho prévio de sensibilização do usuário do serviço e também dos demais setores para a inserção da pessoa em situação de rua, sem visar a discriminação. Há a articulação com alguns setores públicos e/ou privados com vistas a romper com a visão preconceituosa do potencial do público atendido e para a efetivação de inclusão (P6).*

*Ações e iniciativas que promovam capacitação, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho (P10).*

*Pensamos ser importante a capacitação do usuário para que tenha maiores chances de competir no mercado de trabalho (P13).*

*O cooperativismo é apontado como uma das formas de inclusão produtiva da população em situação de rua. Embora as cooperativas em funcionamento hoje no município não sejam exclusivas a população*

*em situação de rua, agregam muitas pessoas nesta situação (P7).*

De forma geral, as ações elencadas sinalizam a importância e o papel dos Centros Pop na vinculação e no estabelecimento de referências aos usuários, seja material (pelo fornecimento do endereço, por exemplo) ou simbólica, bem como no fortalecimento, no apoio, na intermediação e na facilitação do acesso às informações referentes às oportunidades e ao mercado de trabalho, sejam para oferta de vagas, oportunidades de entrevistas, cursos etc. Além disso, o auxílio, orientação e encaminhamento para retirada de documentação civil também se constitui em importante ação que favorece o acesso aos demais direitos sociais às pessoas em situação de rua, dentre eles o trabalho.

A intersetorialidade, ao integrar diferentes olhares, saberes e práticas, de forma que haja uma construção integrada de soluções, configura-se na resposta mais adequada frente à complexidade dos problemas sociais, às necessidades individuais e coletivas dos sujeitos, bem como, sua qualidade de vida, na certeza de que uma política social isolada não consegue resolver sozinha os problemas com os quais esta população se depara (JUNQUEIRA, 2004). Neste sentido, a intersetorialidade se torna fundamental na construção das políticas para a população em situação de rua (BORYSOW; FURTADO, 2014; FIORATI et al., 2014), reiterando a perspectiva dos participantes acerca das ações em parceria, seja com instituições públicas, com organizações privadas ou com a sociedade civil, na elaboração de estratégias que extrapolam ações assistencialistas, pontuais e pouco integradas (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011).

Isso corrobora o entendimento de que a inclusão produtiva não pode ser encarada de maneira isolada (PICKETT-SCHENK et al., 2002; MARRONE, 2005; BRASIL, 2008a; PRATES; PRATES; MACHADO, 2011), o que reforça o papel fundamental dos Centros Pop e da Política de Assistência Social na mobilização social e das demais políticas públicas, sensibilizando para a efetivação de parcerias e articulações para a garantia de acessos e direitos das pessoas em situação de rua acompanhadas, especialmente no que tange ao trabalho.

As ações de qualificação e capacitação profissional, por sua vez, constam dentre as possibilidades de atuação dos Centros Pop para auxiliar na superação da situação de rua (BRASIL, 2011) e como estratégias de trabalho e emprego preconizadas pela Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008a). Na literatura,

a formação e qualificação profissional também são ressaltadas como facilitadoras do acesso ao mercado do trabalho e consequente superação do desemprego e da situação de rua (PICKETT-SCHENK et al., 2002; ROSENHECK; MARES, 2007; FERGUSON et al., 2012; FERGUSON, 2012). De acordo com Prates, Prates e Machado (2011, p. 202) as ações de capacitação para as pessoas em situação de rua tendem a resgatar a autoestima e a identidade de trabalhadores desses sujeitos, desde que conduzidas de forma a romper com inserções precárias e provisórias, que apenas camuflam ou reforçam a exclusão e a precariedade do trabalho para esses sujeitos, devendo levar em conta suas trajetórias progressas e os desejos atuais relacionados ao trabalho.

Porém, quando desvinculadas de suporte, acompanhamento, orientação, articulação e continuidade, qualificar isoladamente tende a atribuir e responsabilizar apenas o usuário na busca por trabalho, numa perspectiva equivocada de que existe uma ampla oferta de emprego a esses sujeitos, isentando o poder público de corresponsabilização na criação e viabilização de oportunidades concretas de acesso ao mercado de trabalho formal por quem vive em situação de rua.

No que se refere ao cooperativismo, o mesmo consta dentre as estratégias de trabalho e emprego preconizadas pela Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008a), ressaltando a Economia Solidária enquanto uma potente alternativa ao trabalho nos moldes capitalistas, que tende a ser extremamente competitivo e pouco acolhedor no que tange às diferenças e vulnerabilidades, inclusive, reforçando-as. De acordo com Lussi, Ricci e Pinho (2017) a Economia Solidária possibilita aos sujeitos experimentarem novas formas de relação com o trabalho, mobilizando diferentes recursos, afetos e desejos, através da construção de protagonismo, autonomia e cidadania, o que a torna uma possibilidade interessante para a inclusão produtiva da população em situação de rua. Além de seu compromisso na promoção do bem-estar individual e coletivo pelas trocas materiais e sociais, com a valorização das capacidades individuais e coletivas e a retomada de valor social (GHIRARDI et al., 2005).

Desta forma, a partir dos Centros Pop, torna-se importante a construção compartilhada de uma rede de suporte para superação de questões individuais e sociais, que envolva diferentes setores e instituições, promovendo a atenção aos diferentes aspectos relacionados à situação de rua, por meio de estratégias coletivas e não individualizantes, em que os direitos e a autonomia das pessoas sejam respeitados e

garantidos por meio de políticas públicas voltadas às suas necessidades e singularidades.

### 3.3 Critérios e atributos considerados nas pessoas em situação de rua para participação em ações de inclusão produtiva

No que se refere aos “critérios e atributos considerados nas pessoas em situação de rua para participação em ações de inclusão produtiva”, foram identificados nos resultados aspectos considerados necessários pelos coordenadores dos Centros Pop para a participação, encaminhamento e intermediação de seus usuários para as ações de inclusão produtiva.

Dentre eles, ressaltaram-se as exigências específicas das vagas ofertadas, tanto de emprego quanto para a participação em cursos, como escolaridade e experiência profissional. Outros aspectos considerados pelos equipamentos para que a inclusão produtiva esteja presente no acompanhamento dos usuários incluem “motivação”, “interesse”, “condições de saúde/saúde mental”, “bom comportamento”, ou simplesmente, “estar em situação de rua”.

*Primeiro critério é o usuário querer fazer parte, depois a triagem feita em atendimentos junto com o usuário sobre seu real desejo e interesse, em casos de exigência de nível de escolaridade esse também vem como principal critério (P2).*

*Os critérios são específicos para cada atividade. Porém, envolvem interesse, participação efetiva no Centro Pop, Acompanhamento e Bom comportamento (P11).*

*Os critérios são: frequência diária e participativa do usuário/a no Centro Pop e pernoitar na Casa de Passagem, sem faltas injustificadas, bem como evitar o uso abusivo de álcool e drogas psicoativas (P12).*

Indubitavelmente, o interesse e a motivação são fatores fundamentais para o engajamento dos sujeitos em qualquer atividade, sendo o interesse pessoal identificado como um fator relevante para a participação em ações voltadas ao trabalho e para o sucesso da inclusão produtiva de pessoas em situação de rua (FERGUSON; XIE; GLYNN, 2012). Entretanto, para que haja interesse e motivação para o trabalho, a proposição das ações para inclusão produtiva devem contemplar demandas, interesses pessoais, trajetórias ocupacionais e a participação dos próprios usuários na sua construção, assim como romper com a ideia de que a essa população qualquer coisa bastaria, perpetuando proposições que

podem acirrar ainda mais os processos de exclusão e exploração vivenciados por esses sujeitos.

Por outro lado, a perspectiva apresentada pelos participantes indica um entendimento de que o trabalho não pode ser obrigatório no acompanhamento desses sujeitos, facultando-lhes o desejo, o interesse e a escolha de participar das ações voltadas à inclusão produtiva, isto é, apesar da importância atribuída ao trabalho, ele é uma escolha e é preciso desejar fazer parte dele, possivelmente rompendo com a ideia hegemônica de obrigação de trabalhar por quem é considerado “vagabundo” justamente por não estar engajado em atividade considerada socialmente produtiva (CASTEL, 2013).

Não obstante, chamam a atenção condições como frequência e participação no serviço, bem como em albergues, embora estudos apontem que, muitas vezes, a própria permanência em instituições de acolhimento noturno tende a dificultar o engajamento em trabalhos, devido às práticas que impedem/dificultam o acesso ao trabalho (pouca possibilidade de descanso, rigidez nos horários, cronogramas e regras etc.) (SNOW; ANDERSON, 1998; POREMSKI; WHITLEY; LATIMER, 2014), uma vez que esses equipamentos concentrar-se-iam na condição geral das pessoas, no fornecimento de abrigo temporário e na satisfação das necessidades básicas da população em situação de rua, quase nunca sendo específicos para o suporte ao trabalho (SHIER; JONES; GRAHAM, 2012).

Os resultados da I Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua apontam que 46,5% dos entrevistados afirmaram preferir dormir nas ruas a dormir em Albergues devido, principalmente, à falta de liberdade, aos horários e rotinas desses equipamentos (BRASIL, 2008b), o que aponta para a singularidade dessa relação entre as pessoas em situação de rua e as instituições de acolhimento noturno, sendo a permanência nesses espaços um direito, mas que possa ser uma escolha e não uma imposição para o acesso aos demais direitos sociais.

Logo, tornar condição a frequência nos equipamentos sociais pode desestimular e excluir aqueles usuários que não se adaptam aos modelos preconizados, especialmente de acolhimento noturno, ou criar dificuldades para aqueles que precisam de horários flexíveis para a busca e a manutenção de determinados trabalhos.

Da mesma forma, a aplicação de inúmeros critérios para iniciar um trabalho como experiências recentes, habilidades específicas, metas de trabalho definidas, determinados níveis de escolaridade e um bom currículo, criaria a ideia de que a maioria das

pessoas em situação de rua desempregadas nunca estará preparada para o trabalho até que preencham todos os critérios (COOK et al., 2001; SHAHEEN; RIO, 2007). Além disso, pressupõe uma compreensão hegemônica de que esses sujeitos precisam atingir vários critérios para, daí então, tornarem-se aptos para o acesso a programas de inclusão social.

### 3.4 Dificuldades e desafios para a inclusão produtiva das pessoas em situação de rua.

Por fim, na categoria “Dificuldades e desafios para a inclusão produtiva das pessoas em situação de rua”, os participantes trouxeram a percepção de que a inclusão produtiva das pessoas em situação de rua é permeada por dificuldades e desafios, que passam por características atribuídas aos sujeitos, aspectos relacionados à oferta de ações para esse público assim como à discriminação e o preconceito historicamente enraizados na nossa sociedade e no mercado de trabalho em relação à população em situação de rua.

Na perspectiva dos participantes, identificamos que a baixa escolaridade, a carência de capacitação e experiência profissional, o uso abusivo de substâncias psicoativas e a vivência de transtornos mentais, o histórico prisional e a dificuldade de adesão e de gestão financeira foram apontadas como barreiras para o acesso e para a manutenção em atividades de trabalho, numa perspectiva que compreende, na verdade, a individualização de problemas sociais e a possível dificuldade em lidar com os mesmos. Além disso, o preconceito e a discriminação, que reiteram o imaginário social negativo acerca desses sujeitos são aspectos que se impõem contra a inclusão produtiva de quem vive na rua.

*Os maiores desafios são a baixa escolaridade e falta de capacitação. Uma vez oferecida a capacitação, se esbarra na falta de experiência profissional naquela área (P7).*

*É um grande desafio, pois na grande maioria são identificadas grandes potencialidades para o trabalho, no entanto a grande e maior dificuldade encontrada pelos usuários é a luta contra a dependência química de Substâncias Psicoativas, lícitas ou ilícitas (P13).*

*(É um desafio) Romper com valores discriminatórios da sociedade frente à população em situação de rua, que fere gravemente a autoestima do público, inferindo significativamente em seu potencial laboral e reflexo em sua decisão de romper com*

*laços familiares e, muitas vezes, fazer uso de bebida alcoólica e/ou drogas* (P9).

*Desconstruir a cultura popular que generaliza pessoas em situação de rua como vagabundos e desordeiros bem como com a tradição do assistencialismo e paternalismo, trazer o entendimento da importância da garantia de direitos de cidadãos e cidadãs e publicizar esses direitos* (P12).

De acordo com Abbott e Blake (1988), a evasão escolar precoce bem como os baixos níveis de escolaridade e baixa qualificação são uma realidade e uma dificuldade para a inclusão produtiva de pessoas em situação de rua. Vale ressaltar, porém, que essas limitações não se restringem somente às pessoas que vivem nas ruas, mas permeia a realidade de milhões de pessoas no país, em que a vulnerabilidade, a baixa escolaridade e a dificuldade de acesso à qualificações e garantias mínimas de acesso ao mercado de trabalho têm se acirrado nas últimas décadas, assim como as exigências desse mercado aos trabalhadores, que é ainda mais inflexível e insensível às singularidades de quem vive na rua (SNOW; ANDERSON, 1998).

Logo, os baixos níveis de escolaridade e qualificação, bem como experiências profissionais restritas, associados às condições específicas da vida na rua (falta de local para fazer higiene pessoal, lavar roupas etc.), parecem consistir num dos maiores obstáculos para as pessoas em situação de rua, aumentando ainda mais sua desvantagem em relação aos outros trabalhadores (SNOW; ANDERSON, 1998).

A perspectiva dos coordenadores dos Centros Pop, baseada em sua experiência cotidiana da prática, também encontra respaldo nos dados da I Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua no que tange às informações sobre a escolaridade. Dentre os entrevistados, enquanto 74% sabiam ler e escrever, 17,1% não sabiam escrever e 8,3% sabiam apenas assinar o próprio nome. Além disso, quase metade (48,4%) não concluiu o ensino fundamental e apenas 3,2% terminaram o ensino médio. Por fim, quase a totalidade (95%) não estudava no momento da pesquisa (BRASIL, 2008b). Vemos que se trata de sujeitos cujas trajetórias foram e são marcadas pela falta de oportunidades de acesso à educação, o que pode afetar diretamente outras dimensões da vida, como o acesso aos demais direitos sociais, como o próprio trabalho.

Apesar do inegável impacto do uso de álcool e outras drogas na população em situação de rua, faz-se necessário romper com a ideia predominante de que toda pessoa em situação de rua é dependente/faz uso problemático de substâncias psicoativas ou,

mesmo diante dessa problemática, vê-los somente por essa perspectiva, o que restringe e limita o olhar sobre as potencialidades que estão para além desse viés, reforçando o estigma e a discriminação sobre esses sujeitos, vistos equivocadamente apenas como usuários de drogas (BARBOSA, 2015). Dito isso, sabemos que a fragilidade dos vínculos familiares e sociais e a dificuldade de manutenção de atividades ocupacionais decorrentes da dependência do álcool e outras drogas tem como consequência, para muitos sujeitos, a ida para a rua como única alternativa de sobrevivência (MENDES; FILLIPEHORR, 2014), em um contexto em que as drogas não só precipitam a ida para a rua como favorecem a permanência nela, dificultando sua superação e ampliando sobremaneira as vulnerabilidades sociais e de saúde da população em situação de rua.

Os dados levantados na I Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008b) reforçam essa constatação, apontando que mais de um terço dos entrevistados (35,3%), declarou como motivo para passarem a viver na rua o alcoolismo ou uso de outras drogas, o que também pode revelar impacto importante dessa condição nos demais contextos da vida na rua, como o acesso à instituições de acolhimento, aos direitos sociais, a deterioração das condições de saúde física e mental, a ampliação da vulnerabilidade e maior exposição à violência, nas relações e no convívio estabelecido na rua, permeado pelo uso de substâncias psicoativas etc.

Sobre o preconceito e a discriminação, de forma geral, é comum que às pessoas em situação de rua sejam direcionadas práticas discriminatórias, que as classificam de forma opressora e depreciativa, sendo o estigma de inferioridade a representação do processo de marginalização vivido por esses sujeitos em que a

discriminação na figura do preconceito tem como objetivo a manutenção da ordem social a partir da atribuição a determinados grupamentos de características de periculosidade e de perversidade (MOURA JUNIOR; XIMENES; SARRIERA, 2013, p. 19),

o que, para os autores, também interfere na maneira como a própria população em situação de rua se vê e se representa.

Sabemos que mudar essa realidade não é tarefa fácil, mas destacamos aqui o papel dos Centros Pop e da política de Assistência Social, no trabalho contínuo de sensibilização, orientação e informação da sociedade e dos demais setores que compõem a rede de atenção à população em situação de rua, incluindo aqueles relacionados à inclusão produtiva, na

desmistificação e desnaturalização das representações negativas do público atendido, paralelamente à criação de oportunidades para que essas pessoas possam ressignificar sua autoestima, (re)descobrir seu potencial e ter possibilidades de reconstruir novas identidades, baseadas em experiências e referências mais positivas.

## 4 Considerações Finais

Por meio da presente pesquisa, objetivamos compreender como a inclusão das pessoas em situação de rua está sendo proposta e articulada pelos Centros Pop do estado de São Paulo/SP, a partir da perspectiva dos coordenadores desses equipamentos. Embora não tenha abrangido uma maior quantidade dos equipamentos inicialmente contatados, foi possível identificar resultados relevantes entre os participantes.

Os resultados indicaram, de maneira geral, a associação da inclusão produtiva ao acesso ao mercado de trabalho formal e informal e à obtenção de renda, e como ação fundamental para a superação da situação de rua, autonomia, emancipação e resgate do pertencimento social. Para tanto, requer que sejam ofertadas de maneira continuada e integralizada, construídas a partir do repertório e em conjunto com a população em situação de rua, para que possam responder às necessidades singulares e também coletivas, dentre elas moradia, saúde, alimentação, educação etc.

Os participantes também indicaram que os Centros Pop se constituem em espaços potentes para as ações voltadas à inclusão produtiva, não apenas por meio de sua realização, mas especialmente através da articulação com diferentes setores e iniciativas públicas e privadas para garantir o acesso a direitos e a sensibilização social quanto a esse aspecto. Destacamos a importância de suporte profissional durante todo o processo, auxiliando na efetividade da inclusão produtiva e da inclusão social. No entanto, foi apontada a carência de iniciativas voltadas especificamente aos interesses e necessidades da população em situação de rua. As ações realizadas pelos equipamentos, por sua vez, se mostram bastante voltadas ao emprego formal e à capacitação profissional, embora o cooperativismo tenha sido ressaltado como uma alternativa à experiência que vem sendo tentada em algumas realidades.

Para a participação nas ações de inclusão produtiva, os resultados demonstraram que são desejados atributos como o interesse e a motivação, entendendo que o trabalho não pode ser tratado como elemento

obrigatório para população em situação de rua, mas como um desejo e escolha individual, devendo ser incentivado diante desses aspectos. Existem, ainda, diversas barreiras a serem superadas para a inclusão produtiva das pessoas em situação de rua, englobando fatores individuais e sociais; fatores históricos e excludentes, como o preconceito, a discriminação e a falta de oportunidades a este grupo populacional e os problemas de saúde mental, especialmente aqueles associados ao uso abusivo de substâncias, também precisam ser tensionados para a efetiva inclusão social e suporte integral a esses sujeitos.

Ressaltamos também a necessidade de pensar estratégias coletivas e não individualizantes na perspectiva da inclusão produtiva para pessoas em situação de rua, rompendo com a responsabilização unicamente do sujeito por sua inserção no mercado de trabalho.

Embora nesse momento tenham sido trazidas as perspectivas dos profissionais que trabalham com a população em situação de rua, entendemos que a visão de quem vive na rua é fundamental para ampliar essa compreensão, seja no que tange aos sentidos que atribuem ao trabalho, seus desejos e perspectivas em relação a esse contexto da vida, suas dificuldades e percepções acerca dessa inclusão etc., o que pode balizar ações que, de fato, correspondam às reais demandas e necessidades desses sujeitos em relação ao mundo do trabalho.

Por fim, ressaltamos que o trabalho é elemento importante, mas não atua isolado na superação da situação de rua, entendendo a necessidade do olhar ampliado e da criação de políticas que contemplem a complexidade do viver nas ruas.

Pesquisas como esta buscam dar visibilidade a pessoas que, ao terem seus laços afetivos e sociais rompidos, perderam o acesso a seus direitos, dentre eles o trabalho, sensibilizando quanto a importância da atenção integral às demandas desta população, incluindo ações de inclusão produtiva, muito embora ainda sejam escassos os projetos, programas e políticas públicas que supram a complexidade dos aspectos relacionados à situação de rua e a saída dela. A atuação dos Centros Pop, pela potência na reconstrução de projetos de vida, de redes de suporte e apoio e na intermediação do acesso aos direitos sociais, mostra-se fundamental.

## Referências

ABBOTT, M. L.; BLAKE, G. F. An intervention model for homeless youth. *Chinese Sociological Review*, Estados Unidos, v. 6, n. 1, p. 148-158, 1988.

- ANTUNES, R. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. *Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez; São Luís: FAPEMA, 2006. p. 41-51.
- ANTUNES, R. *O caracol e sua concha*. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.
- BARBOSA, A. Saúde da população em situação de rua e questão social na contemporaneidade: intersectorialidade e gestão das margens. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1., 2015, Marília. *Anais...* Marília, 2015.
- BORIN, M. Os moradores de rua em São Paulo e suas relações com o mundo do trabalho. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 12, p. 49-64, 2004.
- BORYSOW, I. C.; FURTADO, J. P. Acesso, equidade e coesão social: avaliação de estratégias intersectoriais para a população em situação de rua. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 48, n. 6, p. 1069-1076, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420140000700015>.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988.
- BRASIL. Lei Federal nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1993.
- BRASIL. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 out. 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília: NOB/SUAS, 2005.
- BRASIL. *Política nacional para inclusão social da população em situação de rua*. Brasília, 2008a. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao\\_civil/acoes\\_afirmativas/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civil/acoes_afirmativas/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- BRASIL. *Pesquisa nacional sobre população em situação de rua*: sumário executivo. Brasília, 2008b.
- BRASIL. Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2009.
- BRASIL. *Orientações técnicas*: centro de referência especializado para população em situação de rua (centro pop) e serviço especializado para pessoas em situação de rua. Brasília, 2011.
- BÜLL, S. *Histórias de trabalho e outras histórias no trecho*. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2010.
- BURKE, C. et al. Losing work: regional unemployment and its effect on homeless demographic characteristics, needs and health care. *Journal of Health Care for the Poor and Underserved*, United States, v. 24, n. 3, p. 1391-1402, 2013. <http://dx.doi.org/10.1353/hpu.2013.0150>.
- BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão – o caso das populações de rua. In: BURSZTYN, M. (Org.). *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 27-55.
- CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2013.
- COOK, J. A. et al. Vocational outcomes among formerly homeless persons with severe mental illness in the ACCESS program. *Psychiatric Services*, Washington, v. 52, n. 8, p. 1075-1080, 2001. <http://dx.doi.org/10.1176/appi.ps.52.8.1075>.
- COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 4, n. 4, p. 1-15, 2005.
- SCOREL, S. *Vidas ao léu*: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999. <http://dx.doi.org/10.7476/9788575416051>.
- FARIAS, V. C. C. *Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do município de Porto Alegre*. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Assistência Social) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2007.
- FERGUSON, K. M. et al. Employment status and income generation among homeless young adults: results from a five-city, mixed-methods study. *Youth & Society*, United States, v. 44, n. 3, p. 385-407, 2012. <http://dx.doi.org/10.1177/0044118X11402851>.
- FERGUSON, K. M. Merging the fields of mental health and social enterprise: lessons from abroad and cumulative findings from research with homeless youths. *Community Mental Health Journal*, Lexington, v. 48, n. 4, p. 490-502, 2012. <http://dx.doi.org/10.1007/s10597-011-9440-7>.
- FERGUSON, K. M.; XIE, B.; GLYNN, S. Adapting the individual placement and support model with homeless young adults. *Child and Youth Care Forum*, United States, v. 41, n. 3, p. 277-294, 2012. <http://dx.doi.org/10.1007/s10566-011-9163-5>.
- FIORATI, R. C. et al. População em vulnerabilidade, intersectorialidade e cidadania: articulando saberes e ações. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1458-1470, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000400027>.
- GHIRARD, M. I. G. Terapia Ocupacional em processos econômico-sociais. *Cadernos de Terapia Ocupacional da*

- UFSCar, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 17-20, 2012. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.002>.
- GHIRARDI, M. I. G. et al. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 9, n. 18, p. 601-610, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832005000300014>.
- GHIRARDI, M. I. G. Terapia Ocupacional e processos econômico-sociais. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. (Org.). *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 69-82.
- GRAY, H. M. et al. How do homeless adults change their lives after completing an intensive job-skills program? A prospective study. *Journal of Community Psychology*, Brandon, v. 45, n. 7, p. 888-905, 2017. <http://dx.doi.org/10.1002/jcop.21900>.
- JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000100004>.
- LUSSI, I. A. O.; RICCI, T. E.; PINHO, R. J. Percepções sobre trabalho: análise de concepções de pessoas em situação de rua. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 25, n. 4, p. 779-793, 2017. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO0942>.
- MAKIWANE, M.; TAMASANE, T.; SCHNEIDER, M. Homeless individuals, families and communities: the societal origins of homelessness. *Development Southern Africa*, South Africa, v. 27, n. 1, p. 39-49, 2010. <http://dx.doi.org/10.1080/03768350903519325>.
- MARCOLINO, S. C. *Saída das ruas ou reconstrução de vida*. A trajetória de estudantes universitários ex-moradores de rua em São Paulo. 2012. 80 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.
- MARRONE, J. Creating hope through employment for people who are homeless or in transitional housing. *American Journal of Psychiatric Rehabilitation*, United States, v. 8, n. 2, p. 13-35, 2005. <http://dx.doi.org/10.1080/15487760590953939>.
- MATTOS, R. M. *Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade*. 2006. 249 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.
- MATTOS, R. M.; HELOANI, R.; FERREIRA, R. F. O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. *Mental*, Barbacena, v. 6, n. 10, p. 103-122, 2008.
- MEDEIROS, A. *Pessoas em situação de rua: a saída para a saída – um estudo sobre pessoas que saíram da rua*. 2010. 188 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MENDES, C. R. P.; FILLIPEHORR, J. Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-ad. *Revista Psicologia e Saúde*, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 90-97, 2014.
- MOURA JUNIOR, J. F.; XIMENES, V. F.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*, Chile, v. 22, n. 2, p. 18-28, 2013.
- MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO DE RUA. População de rua: vidas e trajetórias. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar – pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. p. 173-186.
- NATALINO, M. A. C. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. Brasília: IPEA, 2016.
- NEVES, D. P. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. *Antropolítica*, Niterói, n. 29, p. 99-130, 2010.
- O'GRADY, B.; BRIGHT, R.; COHEN, E. Subemployment and street youths: an analysis of the impact of squeegee cleaning on homeless youths. *Security Journal*, Canadá, v. 11, p. 315-323, 1998. [http://dx.doi.org/10.1016/S0955-1662\(98\)00083-6](http://dx.doi.org/10.1016/S0955-1662(98)00083-6).
- PAUGAM, S. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Educ Cortez, 2003.
- PICKETT-SCHENK, S. A. et al. Employment histories of homeless persons with mental illness. *Community Mental Health Journal*, Lexington, v. 38, n. 3, p. 199-211, 2002. <http://dx.doi.org/10.1023/A:1015211622877>.
- POREMSKI, D.; WHITLEY, R.; LATIMER, E. Barriers to obtaining employment for people with severe mental illness experiencing homelessness. *Journal of Mental Health*, Abingdon, v. 23, n. 4, p. 181-185, 2014. <http://dx.doi.org/10.3109/09638237.2014.910640>.
- PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Temporalis*, Brasília, v. 11, n. 22, p. 191-215, 2011.
- ROSA, C. M. M. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- ROSENHECK, R. A.; MARES, A. S. Implementation of supported employment for homeless veterans with psychiatric or addiction disorders: two-year outcomes. *Psychiatric Services*, Washington, v. 58, n. 3, p. 325-333, 2007. <http://dx.doi.org/10.1176/ps.2007.58.3.325>.
- SANTOS, B. S. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1999. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- SÃO PAULO (Estado). *Censo SUAS: Centro Pop – Estado de São Paulo 2015*. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2017.
- SCHWEITZER, L. *Os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua*. 2017. 231 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- SHAHEEN, G.; RIO, J. Recognizing work as a priority in preventing or ending homelessness. *The Journal of Primary*

- Prevention*, Netherlands, v. 28, n. 3-4, p. 341-358, 2007. <http://dx.doi.org/10.1007/s10935-007-0097-5>.
- SHIER, M. L.; JONES, M. E.; GRAHAM, J. R. Employment difficulties experienced by employed homeless people: labor market factors that contribute to and maintain homelessness. *Journal of Poverty*, Georgia, v. 16, n. 1, p. 27-47, 2012. <http://dx.doi.org/10.1080/10875549.2012.640522>.
- SILVA, C. L. *Estudos sobre população adulta em situação de rua: campo para uma comunidade epistêmica?* 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.
- SILVA, M. L. L. *Trabalho e população em situação de rua no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.
- SNOW, D.; ANDERSON, L. *Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VALENCIO, N. F. L. S. et al. Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, Paraíba, v. 7, n. 21, p. 556-605, 2008.
- VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. *População de rua. Quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec, 1992.

---

## Contribuição dos autores

Roberta Justel do Pinho trabalhou na concepção do projeto de pesquisa, na coleta de dados, na redação e no delineamento do artigo, na análise e na organização dos dados, na discussão dos resultados e na revisão final do texto. Ana Paula Fernandes Barão Pereira contribuiu na coleta dos dados e na redação do texto. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi realizou a orientação de todo o processo de pesquisa e de sua elaboração e revisão final do texto. Todas as autoras aprovaram a versão final do texto.

## Fonte de Financiamento

O trabalho recebeu financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Notas

<sup>1</sup> O texto contém reflexões preliminares da tese de doutorado da primeira autora, sob orientação da última.

<sup>2</sup> A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar, sob o parecer nº 2.243.665, aprovado em 28/08/2017.